

Conclusão

Começar essa conclusão com a pergunta sobre “qual o valor analítico do estupro inter-étnico” ou “qual a contribuição de um grupo privado liderado por um músico para os estudos de Segurança” certamente soa, no mínimo, impactante – senão pouco sensível. Mas esses questionamentos são apropriados para fechar o argumento que desenvolvemos nesta tese.

Esses questionamentos proporcionam o espaço de reflexão para compreender a dimensão e a importância da violência como eixo para analisar a Segurança. Eles permitem também refletir sobre como as novas guerras ressaltam tal dimensão, evidenciando lacunas na literatura da área.

Desenvolvemos nossas conclusões em cinco etapas. Nas duas primeiras, apresentamos os desafios que a violência traz para a Segurança e como esses desafios podem ser percebidos nas novas guerras e no nosso estudo de caso. Depois, com esses desafios em foco, recuperamos o argumento do nosso terceiro capítulo para evidenciar a lacuna da violência na literatura de Segurança.

O resgate da violência pela Segurança é feito na quarta parte. Trazemos as principais contribuições dos dois instrumentais analíticos propostos no capítulo cinco, explicitando como podem recuperar a relação produtiva entre teoria e prática na Segurança. Isso é feito primeiramente através da tipificação e operacionalização da violência; depois, por mecanismos analíticos que permitem enxergar a sua presença na sociedade.

Encerramos a tese mostrando as contribuições do estudo para as Relações Internacionais. Os estudos de Segurança são um instrumental que permitem a construção de conhecimento relevante para as Relações Internacionais. Ao aproximar a teoria do processo decisório na Segurança, contribui-se para a realização das Relações Internacionais.

Uma nova face da violência

O cerco a Sarajevo, narrado no capítulo seis, é apenas um dos muitos casos na guerra da BH – mas também na Croácia, Serra Leoa e em outras regiões do mundo – em que podemos perceber um novo papel para a violência. Ela se torna uma forma de relação inter- e intra-grupos, com o propósito de estimular a intolerância perante a diferença e reforçar a identidade comum, reverberando discursos e práticas de exclusão.

A ruptura na institucionalização da guerra é um primeiro aspecto que se percebe associado à violência. Com a quebra do monopólio do Estado, novos atores políticos assumem o uso da força e o fazem direcionados a fins políticos bem específicos – ainda que ilógicos caso entendidos fora do contexto em que se inserem.

Por isso o questionamento que fizemos no início dessa conclusão sobre o valor analítico do estupro inter-étnico – ou de qualquer outro ato semelhante. O estupro por si já representa uma agressão física, caracterizando a violência direta, prática mais comum nas guerras. Mas a violência não se esgota no ato sexual em si, nem tampouco se limita à mera satisfação do agressor. Ela se insere em um contexto maior, politicamente criado, onde a sua realização sistemática visa alcançar propósitos políticos, prolongando a agressão psicológica e socialmente não apenas na vítima, mas também no fruto da agressão.

Atos dessa natureza – e não nos referimos apenas aos estupros, mas à homogeneização patológica em geral – caracterizam práticas excludentes calcadas em políticas de identidade que fundamentam a violência em rótulos ou características simbólicas. O fato de ser diferente é o suficiente para a desumanização da vítima, legitimando a prática da violência. A eliminação da diferença é o fim a ser buscado e essa violência, sistematizada, constitui o meio para atingir o objetivo político.

A escolha de Sarajevo é bastante significativa. A cidade mais cosmopolita da ex-Iugoslávia, a mais miscigenada e, ainda assim, a mais igual. Manter aquela cidade unida implicaria o fracasso de toda uma retórica nacionalista e o reconhecimento de que as diferenças construídas não eram tão significativas a

ponto de impedir a convivência. Por isso a necessidade de desumanizar o outro. Por isso a violência empregada de forma tão incisiva.

Um estupro passa a ser mais que um estupro. É uma prática de purificação da linhagem em nome de um objetivo maior. Mutilar crianças é uma forma de limitar as condições futuras daquele grupo, criando o medo e difundindo a insegurança por gerações vindouras. A destruição de marcos religiosos, culturais, simbólicos é a erradicação das lembranças identitárias que fazem um grupo de indivíduos se sentirem como um grupo, perdendo as suas referências e os expulsando forçosamente dos locais onde habitam.

Esses atos são práticas de violência que, ressaltamos, não se esgotam no ato em si: eles buscam prolongar o dano, estender no tempo a violência e, através da força, impor condições insustentáveis de convivência. A manifestação na sua forma direta é somente a prática mais visível da violência: a sua extensão no tempo acaba sendo mais violenta do que a agressão em si. É o uso da violência estrutural como forma de atingir objetivos. Justamente por essa capacidade de se estender os efeitos da violência pelo tempo é que fazem com que a Segurança não tenha a capacidade explicativa adequada para reagir, impedindo a sua completa compreensão.

A Segurança explica o uso da força militar para atingir fins políticos – quando trabalhamos com as suas bases realistas – ou as condições que limitam e impedem da realização a política e ameaçam a sobrevivência dos grupos e indivíduos, quando utilizamos o arcabouço dos defensores do aprofundamento da Segurança. Uma compreende a agressão em si, a outra foca as consequências da condição de insegurança. Falta o elemento que permite unir essas duas dimensões e atribuir a elas um caráter político. Falta problematizar e tipificar a violência como uso deliberado da força para atingir fins políticos, entendendo as suas formas de manifestações.

O caso de Sarajevo e a guerra da BH são ricos nessas formas de violência, em que o fim é mascarado pela magnitude da agressão em si. Nesses casos, corremos o risco de caracterizar a violência como bárbara e, assim, perder a lógica política e racional que a guia. Devemos enxergar a violência como fenômeno social e inserido na lógica política para que caracterizemos os fins buscados pelos atores que dela se valem.

A violência como fim

As novas guerras, que exemplificamos com o caso de Sarajevo, trouxeram uma nova dimensão da violência que não se esgota no ato de agressão em si, mas se estende no tempo, caracterizando seus efeitos em outras dimensões. Mas ela não deve ser restrita apenas aos atos que davam forma a ela. Além de um instrumento para atingir objetivos, a violência assumia também a dimensão de um objetivo em si.

Ao nos focarmos na violência e na maneira como ela se manifestou e foi continuada na guerra da BH, buscamos trazer para essa tese a idéia de que há algo mais do que a vitória na guerra. As dinâmicas sociais sustentadas pela violência evidenciam que esta deixou de ser meramente um meio, um instrumento de política para alcançar interesses, algo a ser buscado. A violência passou a ser percebida como a resposta para os problemas enfrentados pelos grupos políticos e conforme era buscada, proporcionava ganhos, *status* e poder.

A violência-objetivo constituía a situação ideal para os envolvidos no conflito e seria buscada através da violência-meio. Desse modo, não havia incentivos – sociais, políticos e econômicos – para encerrar a guerra: poder-se-ia atingir condições melhores durante a guerra do que em períodos de paz. A violência era praticada em nome da violência. Além de instrumento de política, temos a caracterização da violência como assumindo um papel social.

As novas guerras e a quebra da institucionalização que delas decorriam trouxe novos atores e grupos para a guerra. Com a entrada desses grupos, a forma como a guerra era lutada se alterava, de modo a se adequar aos meios e práticas que traziam. E, sustentando essas duas mudanças, mudava-se também os mecanismos de financiamento do uso da força.

As novas guerras evidenciam Estados fracos e incapazes de sustentar o monopólio do uso da força. O caso da BH e de Sarajevo não é diferente: o Estado não possuía os recursos para fazer a guerra, mas necessitava dela para continuar a existir. O surgimento de grupos paramilitares foi uma consequência dessa incapacidade estatal. A forma como a violência era praticada caracterizava a disparidade de recursos e equipamentos desses grupos em relação a seus adversários. Não à toa, escaramuças e confrontos indiretos eram os meios usados

para lutar, empregando armas simples e menos poderosas que aquelas disponíveis aos seus inimigos, mantendo-os afastados dos limites da cidade.

Ocupando o espaço deixado pelo Estado, esses grupos cresciam em poder e prestígio a medida em que seus feitos mantinham a segurança da cidade. Era a defesa patriótica de Sarajevo, realizada por grupos e indivíduos que sempre estiveram às margens da sociedade. Atuando em coordenação com as forças oficiais, em muitas regiões esses grupos tinham mais poder e influência que o próprio Estado – a atribuição de títulos honoríficos era um exemplo disso e, mesmo vazios de importância prática, repercutiam junto à população tal como verdadeiros fossem.

Essa dinâmica lhes garantia ganhos e prestígio, pois a defesa da cidade permitia o desenvolvimento de atividades lucrativas, como o controle de mercado, o acesso a entrada e saída da cidade e a venda de proteção. Essas atividades já eram realizadas irregularmente, mas a guerra permitiu que isso fosse feito de maneira explícita e formal – ainda que oficiosamente.

A guerra configurava-se, pois, como uma extensão das atividades irregulares que esses grupos praticavam no submundo de Sarajevo. Seu comportamento na guerra refletia a forma como interagiam com grupos rivais no crime: através da força, da troca de favores e da colaboração, mesmo que com as forças atacantes. A violência servia para trazer benefícios aos envolvidos, mesmo que de lados opostos: a guerra era mais que política, era um negócio lucrativo. Daí a opção pela sua continuidade: a relação de inimizade com o adversário mascarava uma relação colaborativa e lucrativa para ambos os lados, que ganhavam mais perpetuando a guerra do que atingindo os fins políticos inicialmente propostos.

Essa é outra dimensão assumida pela violência nas novas guerras e que caracteriza o seu papel social. A violência se torna um mecanismo de interação intra- e inter-grupos. Ela proporciona não só a consolidação do poder dentro do seu próprio grupo, mantendo o *status quo* através da utilização da força – não necessariamente a violência direta, mas através de mecanismos e instituições, formais ou não – para atender a propósitos políticos, como também entre os grupos. A violência era a maneira como o engajamento se dava, caracterizando a

busca pelos fins políticos definidos pelos discursos nacionalistas e políticas de identidade, mas mascaravam interesses imediatos e egoístas.

A Segurança também peca em entender essa dimensão da violência. O uso da força é encarado de formas distintas. Pelos realistas, é uma maneira de alcançar objetivos políticos, o que explicaria a violência para manter o poder, mas não encontraria justificativas para a colaboração inter-grupos. Os liberais, por sua vez, não promovem a explicação a partir de suas bases calcadas na interdependência e nos interesses econômicos, mesmo que o uso da força constituísse o elemento que justamente tornava essa interdependência possível. Mais uma vez, falta a problematização da violência para garantir o poder explicativo e a relação produtiva entre teoria e prática para a Segurança. A questão das novas guerras é um elemento que explicita essa carência.

A contribuição para a relação produtiva entre teoria e prática na Segurança

A pergunta de pesquisa que guiou nosso argumento questionava por que a literatura deixou de associar teoria e prática de forma produtiva ao marginalizar o tema da violência. Nossa hipótese principal respondia a essa pergunta apontando que a ausência de um debate sobre violência e a depuração de seu conceito, levou a essa ruptura na relação entre teoria e prática. A definição de violência que utilizamos a relacionava com o uso deliberado da força para atingir fins políticos, podendo se manifestar através da coerção ou da prática de danos físicos ao objeto.

A relação produtiva entre teoria e prática acontece quando há a mútua colaboração entre essas duas dimensões, tornando-as indissociáveis: o conhecimento produzido pela teoria é útil para a prática, que proporciona as condições para o conhecimento se desenvolver e se refinar a partir da experiência. Em outras palavras, a relação entre teoria e prática, quando produtiva, permite a produção de conhecimento politicamente relevante, desenvolvendo estratégias de ação e alternativas para o burocrata.

A revisão da literatura de Segurança nos mostrou que a gradual marginalização do tema “violência” das agendas de pesquisa da área se deu pela reação ao Realismo e pela própria incapacidade dessa teoria de perceber as

mudanças na Segurança. A defesa da coerência do campo proporcionou a produção de conhecimento abstrato em níveis não operacionalizáveis pelos burocratas.

Mostramos que o Realismo, que estabelecera as fronteiras disciplinares especialmente por conta do contato estreito entre o burocrata e o intelectual, acabou por se mostrar inflexível diante das mudanças no cenário político e perdeu a sua capacidade de estabelecer uma relação produtiva entre teoria e prática. A defesa da manutenção dos mesmos elementos e princípios que criaram o campo acabou sendo inadequado diante da necessidade de oferecer respostas relevantes a uma esfera que enfrentava novos desafios. Por equiparar o objeto e escopo da Segurança aos seus próprios pressupostos epistemológicos, os realistas não foram capazes de lidar com a mudança na natureza da violência, nem tampouco com a nova demanda política que surgia no pós-Guerra Fria. A manutenção dos elementos analíticos da Segurança acaba sendo mais uma defesa da coerência do Realismo político do que da coerência da Segurança em si.

O Liberalismo ampliacionista, sob a alegação de que o uso da força entre Estados era cada vez menos freqüente e relevante para a política internacional, se dirige para o problema da legitimidade política como foco da Segurança. Nesse sentido, traz em sua esteira uma variedade de novos temas, principalmente relacionados a governança política e economia, ampliando a agenda do campo, que antes se focava apenas no uso da força. Estabilidade se tornaria um sinônimo de segurança e essa ampliação do campo evidenciaria a nova preocupação – que explicitamente rejeitaria o uso da força. Fala-se muito em segurança, mas pouco se produz sobre Segurança.

As teorias que defendem o aprofundamento surgem influenciadas pelas teorias críticas de Relações Internacionais e procuram entender a lógica da Segurança de forma a permitir uma análise histórico-interpretativa da disciplina. Sua preocupação, grosso modo, é com as condições que afetam a sobrevivência do objeto referente, que deixa de ser o Estado para se focar no indivíduo, em comunidades políticas e identidades. O Estado é visto como principal obstáculo para tanto, sendo o maior causador de insegurança. Deixa-se de falar em violência como uso da força para pensar em violência como a ausência de espaço para um pensamento político criativo. As bases propostas pelo aprofundamento

da segurança contribuem para entender as mudanças políticas, mas falta-lhes o foco na violência para sua operacionalização e a caracterização de um conhecimento politicamente relevante.

Ainda assim, sugerimos que a Escola de Copenhague poderia resgatar a relação produtiva entre teoria e prática *desde que* superasse dois problemas: (i) a sua teoria de Estado, restrita a Estados democráticos e desenvolvidos, e (ii) problematizasse a violência como ameaça existencial.

Trazendo a violência para a Segurança: os Estudos para a Paz e a macro-securitização

A complexidade que a violência assume nas novas guerras é perdida pela Segurança justamente por marginalizar o tema da violência de seus programas de pesquisa. De forma a devolver os instrumentos conceituais para compreender violência, trouxemos os Estudos para a Paz e a macro-securitização como ferramentas analíticas para o restabelecimento de uma relação produtiva entre teoria e prática. Essa constitui a nossa terceira hipótese de trabalho.

Ainda que não defina a violência de forma precisa e descritiva – isso limitaria o seu entendimento –, os Estudos para a Paz caracterizam-na de forma muito próxima da definição operacional que estabelecemos no início desta tese, entendida como o uso deliberado da força para fins políticos. Para os Estudos de Paz, violência seria a presença *deliberada* de determinadas condições que impediriam o pleno desenvolvimento das capacidades do objeto de estudos. Essa proximidade nas definições permite que incorporemos a tipologia da violência – cultural, direta e estrutural – e a associemos com as manifestações de violência presentes nas novas guerras. Os atos de violência descritos no capítulo seis e caracterizados amplamente no estudo das novas guerras no capítulo quatro passam a ser mais bem compreendidos a partir dessa operacionalização da violência.

Os discursos nacionalistas e as estruturas de exclusão que formavam as políticas de identidade foram associados à violência cultural. Aquelas práticas caracterizavam e rotulavam a diferença como justificativas para a agressão e a limitação da participação política, fundamentando as bases da guerra nessas identidades. A guerra e os atos de violência que dela decorreram foram

caracterizados como a violência direta; é a forma mais comum de perceber o uso da força e no caso de Sarajevo não foi diferente.

A violência estrutural surge como produto da perpetuação de estruturas opressoras e da continuidade dos efeitos da violência ao longo do tempo – como no caso do estupro inter-étnico, que retomamos acima. A violência estrutural também se caracteriza nas práticas desenvolvidas pelos grupos privados para a continuidade da guerra, como o controle de mercados, a perpetuação da estrutura de poder e o controle de bens e pessoas pelas fronteiras da cidade.

Nos três casos, havia deliberadamente a imposição de condições que limitavam o potencial dos indivíduos e grupos políticos causados pelo uso da força para fins políticos. O arcabouço instrumental dos Estudos para a Paz permitiam resgatar o conceito de violência, tão útil para a Segurança, mas que foi marginalizado do seu campo de estudos.

Trouxemos também o instrumental analítico da macro-securitização como forma de aproximar o aparato teórico da Escola de Copenhague das novas guerras, reconhecendo a importância da violência como elemento caracterizador da ameaça existencial. Como a teoria de Estado de Copenhague não possibilita vislumbrar o processo de securitização em estruturas não-democráticas, a macro-securitização apresentou dupla função.

Primeiro, possibilitou que a violência se tornasse parte da agenda de segurança, sendo apontada por outros atores da constelação de segurança como uma ameaça. Depois, permitiu que se identificasse a própria violência estrutural como condição limitadora do discurso de securitização: como a audiência era silenciada por estruturas opressoras, a condição deliberada de impedir o desenvolvimento do objeto de estudo estava presente ali, perpetuando-se em um processo que se estende ao longo do tempo.

Contribuições para a disciplina de Relações Internacionais

Mostramos no capítulo dois que a disciplina de Relações Internacionais é voltada para a resposta de problemas. O conhecimento produzido na área,

principalmente em seus momentos iniciais, era direcionado a problemas práticos enfrentados pelos burocratas. Não à toa os principais pensadores das Relações Internacionais na primeira metade do século XX e em boa parte da segunda são diplomatas e assessores políticos, diretamente envolvidos com o processo decisório. Esses intelectuais sabiam a importância de prover resultados práticos e condizentes com os interesses dos burocratas, em uma forma de conhecimento que pudesse ser útil a eles.

A Segurança nasceu com esse propósito, mas se perdeu com a entrada das teorias e dos temas da agenda de Relações Internacionais, principalmente no final da Guerra Fria. Essa contribuição, se por um lado proporcionou falar mais de segurança, por outro prejudicou a teorização do campo. As teorias e temas que entraram na Segurança trouxeram seus próprios pressupostos de realização e a violência era um tema estranho a eles. A violência e o uso da força, que caracterizam a própria relação entre atores políticos definida como segurança, foram abandonados. Estudos de Segurança e Relações Internacionais foram equiparados, ainda que se tratassem de temas diferentes.

Para as Relações Internacionais, é necessário que se trabalhe com violência organizada. Mas entender o que é violência e como organizá-la é preciso que se traga outros instrumentais analíticos para fazê-lo: o campo das Relações Internacionais afasta esse recurso da política como ilegítimo, mas depende dele – ainda que por exclusão – para a sua própria realização. Assim, Segurança como uma área útil para o burocrata implica um melhor entendimento da própria disciplina de Relações Internacionais.

De modo que a Segurança se mantenha como uma disciplina útil para as Relações Internacionais é preciso que ela continue a produzir conhecimento relevante e que a relação entre teoria e prática seja produtiva. Mais do que entender o que estar seguro, do que se deve estar seguro ou quem estará seguro, Segurança se trata de relações entre atores políticos em que o uso da força é possível. Manter a relação produtiva entre teoria e prática na Segurança é reconhecer que a teoria forma a prática e esta impacta naquela. Entendo essas possibilidades, a Segurança se mostrará útil para o conhecimento necessário para o processo decisório nas Relações Internacionais.